

De loterias a casamentos – algumas estratégias e uma “Feliz Esperança”

Beatriz Loner*

RESUMO: Nessa comunicação pretende-se acompanhar as estratégias de alguns sócios da entidade negra Feliz Esperança, na cidade de Pelotas, dos anos de 1877 a 1888, com o objetivo de libertar-se da situação de escravo. Para tanto, vai-se examinar as trajetórias individuais de alguns indivíduos e também o esforço coletivo feito pela entidade ao participar da campanha abolicionista. A Feliz Esperança foi se formando como associação lotérica durante os anos finais da década de 1870 e assumiu estatuto de sociedade beneficente a partir de 1880. Em suas diretorias compiladas daquela década, sempre encontramos muitos nomes de escravos e libertos e pretende-se aqui detalhar as formas pelas quais seus membros utilizavam a entidade, como forma de lutar pela liberdade dos escravos.

Palavras chave: associativismo – abolição – escravidão - negros

ABSTRACT: In this article, the intention is to follow the strategies of some of the associates of the black entity Feliz Esperança, in the city of Pelotas, between the years of 1877 to 1888, with the goal of freeing from their slave condition. For that, individual trajectories of some of the associates and also the group effort made by the entity when participating in an abolitionist campaign will be examined. Feliz Esperança was initially created as a lottery association in the final years of the 1870's and took on the statute of beneficent society in 1880. In its compiled directories of the decade, we often find the names of slave and freed and we here we intend to detail the how identity was used by its members as a way to fight for slave freedom.

Key-words: associativism- abolition- slavery- afro-americans

É normalmente difícil acompanhar trajetórias de indivíduos escravizados e suas estratégias para conseguir a libertação devido ao grau de anonimato em que estavam, submersos numa sociedade que pouca importância costumava dar a essas tentativas. Entretanto, eles deixam rastros, seja nas cartas de alforria, mesmo com sua parca descrição do libertando, seja nas páginas dos jornais da época que, exceto em grandes e extremamente populosas cidades, costumavam noticiar prosaicos fatos do dia a dia, além de veicularem avisos de sociedades diversas. Deste modo, conseguiu-se “perseguir” as trajetórias de algumas lideranças de sociedades negras na cidade de Pelotas, RS, as quais, quando cotejadas com as cartas de alforria¹, apresentaram alguns resultados interessantes.

Pode-se perceber a composição de uma sociedade negra, a Feliz Esperança, como formada, em grande parte, mas não exclusivamente por escravos, nos inícios da década de

* Professora doutora associada da Universidade Federal de Pelotas. A pesquisa foi financiada pelo CNPq.

¹ As cartas de alforria referentes as cidades do interior gaúcho, foram todas compiladas graças aos esforços da equipe de Pesquisa Histórica do Departamento de Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e editadas em dois grossos volumes. Agradecimentos eternos a eles, por disponibilizarem a consulta deste material desta forma prática e acessível.

1880, e, além disso, a complexa imbricação de sua existência com os movimentos abolicionistas da época, além de dar subsídios para entender outras formas pelas quais os escravizados procuravam readquirir² sua liberdade.

Uma dessas formas era buscar a liberdade através da ‘sorte grande’ conseguida em bilhetes de loterias. Isso porque, em meados da década de 1870, disseminou-se uma grande fascinação pelo jogo de loterias, com os jornais noticiando ganhadores na cidade. Havia várias loterias cujos bilhetes eram vendidos em Pelotas, como aquelas da loteria da Bahia, Porto Alegre, São Paulo e até de Montevidéu. Logo se desenvolveu a modalidade de jogos compartilhados – o popular “bolão” de hoje - em que vários apostadores se cotizavam para comprar um ou mais bilhetes e depois dividiam os lucros, caso contemplados. Para dar mais credibilidade ao negócio, formavam-se associações informais, cujo grau de fidelidade ao trato era sua publicação pelos jornais, por três vezes ao menos. A primeira a ser noticiada tinha o sonoro nome de “*Sociedade dos 10 atrás dos 30*” em menção do prêmio de 30 mil contos de réis da loteria a que concorriam. Mais tarde, esse mesmo grupo, mais reduzido em número, mas ainda brincalhão e esperançoso, apresentava-se como “os caiporas”, em alusão a sua falta de sorte. Obviamente, essas sociedades não eram legalizadas, por informais.

Alguns desses anúncios colocavam os nomes e a quantidade de quotas dos que participavam do jogo, outras apenas publicavam o número dos bilhetes e o nome do seu depositário. Pelotas foi, várias vezes, aquinhoada com bilhetes premiados, no final da década de 1870 e no início de 1880, inclusive com escravos ganhando o grande prêmio da Loteria do Ipiranga de 1881, o que reafirmou a idéia corrente de que a sorte poderia sorrir a qualquer pessoa, levando a fortalecer a febre de apostas na cidade.

A questão da febre das loterias vai trazer muitos problemas aos mais pobres. Ainda durante a vigência da escravidão, há notícias de escravos que furtaram dinheiro para investir em bilhetes de loterias, como a notícia abaixo, depois confirmada. No caso, o roubo envolveu três escravos e foi descoberto devido a sua ignorância do real valor da nota.

Seria roubo? Apresentou-se ontem na cigarraria Flor Cubana o crioulo Bernardo, da charqueada do Sr. Antenor Barbosa, com uma cédula de 200\$000 para comprar um bilhete de loteria, dizendo ser a cédula de 20\$00, que, após interrogado disse que recebeu do preto Miguel, pedreiro da charqueada do Sr. Brutus Almeida. A cédula foi depositada até verificação de sua origem. (Diário de Pelotas, 4/10/1881)

² A idéia de que todo ser humano nasce livre e, portanto, sua perda de liberdade é um abuso da sociedade, estava presente em alguns dos jornais abolicionistas mais radicais, que tratavam dessa forma a alforria.

. Essa modalidade de jogo de azar vai se enraizar tanto que, ainda nos primeiros anos da República, os intelectuais e as lideranças de trabalhadores vão lamentar o efeito que isso traz aos operários que jogam infrutiferamente seus poucos recursos nessas loterias. Peças teatrais, poemas e editoriais de jornais trataram do assunto na cidade, numa prova de quão disseminada foi essa prática, atingindo indistintamente todas as classes e setores sociais, pelo que se pode observar dos anúncios e notícias da época.

Mas, aparentemente, nessa época a sorte costumava sorrir aos mais fracos, pois pelos jornais e a consulta concomitante do próprio catálogo, verifica-se que houve escravos que foram libertados com recursos advindos de prêmios de loterias. São vários casos, sendo que, em muitos deles, a libertação foi conseguida por um preço excessivo para a época. O caso mais evidente é o da célebre Loteria do Ipiranga, que provocou um furor tão grande na cidade, tanto antes de ser extraída (através da quantidade de pessoas que apostaram) quanto depois, pois alguns escravos e forros foram contemplados com parte expressiva do primeiro prêmio. Seus efeitos se fizeram sentir na própria documentação: as edições do mês de março de 1881 do *Jornal do Comércio*³, que acompanhava e incentivava essa modalidade de jogos, não foram encontradas no acervo da Biblioteca Pública Pelotense, o que significa que, ou foram levadas, ou se rasgaram, de tão manipuladas.

A idéia da sorte afagando os menos favorecidos fez sucesso entre os próprios brancos, que apostavam junto com seus escravos. Além disso, houve por parte desses, a idéia de libertar escravos com apostas em bilhetes de loteria, que se concretizou através da formação da sociedade *Clube Emancipador 27 de agosto*, cuja idéia era arrecadar 1\$000 de cada pessoa (as listas correram entre famílias, fábricas e sociedades de artesãos) para, com o provável dinheiro dos prêmios ganhos, comprar a liberdade de escravos. Mesmo juntando cerca de 276\$000, o suficiente para comprar 7 bilhetes inteiros, 14 meios e 26 quartos, ganhou apenas 24\$000, não se concretizando o seu objetivo⁴.

Agora, vamos acompanhar o nascimento da Sociedade Feliz Esperança, cujo nascimento incerto não coincide com o papel que desempenhou entre o grupo negro de operários na cidade, existindo, no mínimo, por 47 anos. Ela pode ter se desenvolvido a partir de um grupo de apostadores do Areal, região onde existiam muitas charqueadas e que servia também de moradia para pobres e trabalhadores, cuja notícia surge em fins de 1876, pelo *O Paiz* (21/10/1876). Ou, mais certamente, derive de uma “Sociedade Esperança” que se

³ A Loteria do Ipiranga, que teve esse nome pois visava construir um monumento à independência, com o prêmio maior de 30\$000 é extraída em fins de fevereiro e sua notícia é publicada dia 27/2/1881, nesse jornal.

⁴ Ver *Jornal do Comércio*, dias 28 e 29/9/1881, 1/10/1881 e 1/11/1881.

apresenta em janeiro de 1877 pelos jornais. De qualquer forma, ela se torna pública, com o nome de *Associação Lotérica Beneficente Feliz Esperança* apenas em janeiro de 1881. De seu objetivo inicial de apostar em loterias, provavelmente com divisão individual dos lucros e de apostas com o fim de auxiliar na libertação de escravos há um pequeno passo, que eles transpõem, embora não se possa afirmar quando ocorreu, devido à falta de informações.

Pode-se especular, todavia, algumas questões sobre seu nascimento, pois ela se torna organizada ao mesmo tempo que vários outros setores vinculados ao trabalho em Pelotas, o que pode indicar uma influência conjunta. Assim, em maio de 1880, sendo instalada em junho, surge a *Sociedade Beneficente Fraternidade Artística*, formada por artistas de qualquer nacionalidade, mas que engloba basicamente artesãos negros e nacionais. Em 6 de agosto de 1880 é criada a *Sociedade Beneficente Recreio dos Artistas*, com objetivo recreativo e cujos sócios são as famílias de artesãos brancos, nacionais e estrangeiros. No mesmo mês é fundada a *Associação Beneficente Classes Laboriosas*, mutualista, com a mesma composição da primeira, sendo ambas consideradas corporações maçônicas e instaladas, respectivamente a 12/10/1880 e a 10/10/1880.

Como se viu, a Feliz Esperança, com composição completamente diferenciada, abarcando apenas negros e mulatos, cativos, libertos ou livres, também instalou-se na mesma data. Coincidência? Será mera coincidência também que neste mesmo momento, um grupo, no qual encontravam-se maçons ou militantes católicos, tentava criar instituições a favor da abolição na cidade? Veja-se o relato do construtor Manoel Conceição da Silva Santos, negro e membro importante do grupo abolicionista na cidade que, ao rememorar os bastidores da campanha abolicionista da cidade, assim se expressou:

“Aos 18 de agosto de 1880, quando o grande democrata Joaquim Nabuco apresentou na câmara dos Deputados um projeto sobre o elemento servil, três meses depois, na terra dos Andradas, Canabarro, Bento Gonçalves, Osorios, et, um sacerdote, como outrora seu chefe e mestre, em Pelotas, proferia- Ecco ego pródigio vobis libertatum.

Até então o abolicionismo na província de São Pedro do Sul achava-se imerso numa paralisia indescritível, ou antes jazia no mar do indiferentismo os princípios dos mártires de 35. Após a iniciativa daquele ilustre prelado surgiu um pugilo de adeptos as idéias de Nabuco e Canabarro e tentaram fundar uma associação, como para propaganda do abolicionismo; como porém os recursos pereciam para manter a existência dela, buscaram outro meio e encontraram na fundação de um periódico que tomou o título ‘A Voz do Escravo’....” (Jornal Onze de Junho, 13/2/1885)

Ao longo de sua narração, Silva Santos, também importante liderança da Fraternidade Artística, vai contando como conseguiram fundar o Clube Abolicionista em 1881, do qual foi

tesoureiro e os vários problemas enfrentados pela campanha contra a escravidão e o clube abolicionista na cidade.

Silva Santos, como artesão, nunca foi membro da Feliz Esperança, mas seus filhos – João Vicente e José - foram lideranças expressivas dessa última entidade, como também o foram depois do Centro Ethiópico, entidade de representação negra nas questões abolicionistas. Portanto, talvez seu estabelecimento como sociedade seja parte das estratégias abolicionistas das lideranças negras de Pelotas. Afinal, seu primeiro presidente, Justo José do Pacifico, que ainda era escravo quando assumiu o cargo, também foi da coordenação do Centro Ethiópico em 1884, após ser libertado, bem como outro diretor da Feliz na mesma situação.

Moreira (2003) estudou uma sociedade em Porto Alegre, a *Esperança e Caridade*, que também possuía sócios escravos e cuja finalidade era utilizar os pecúlios de todos para libertar um por um de seus sócios. Ao falar sobre um processo que a envolveu em 1883, este pesquisador comenta que a justiça, investigando-a, chegou a conclusão que não possuía nenhum registro público, sendo, portanto, ilegal como outras existentes na mesma época. Portanto, pode-se pensar a *Feliz Esperança*, de Pelotas não estava sozinha em sua informalidade perante a lei, nem no fato de aceitar homens escravizados em seu meio. Não se encontrou seu estatuto original, nem seus objetivos nesse momento e também não se sabe se todo o rendimento auferido com loterias ou outros meios seria empregado na compra de liberdades. As informações trazidas pelos jornais são extremamente parcas sobre ela, ao contrário de outras sociedades que também incluem negros, cujo nascimento é informado ou até celebrado pela imprensa diária, como a Fraternidade Artística e a Harmonia dos Artistas. No caso dela, reina o silêncio, o que pode ser mais um fato comprobatório de sua constituição informal e ilegal, no sentido que violava a lei, não só ao aceitar escravos, mas também ao ter escravos em sua própria diretoria.

Pode-se perceber que alguns dos diretores da Feliz Esperança foram agraciados com a libertação completa, com ou sem ônus financeiro, até o ano de 1884 – e quase todos os identificados, através de ligações com o Clube Abolicionista ou a Igreja Católica. Vejamos o caso de Justo José do Pacifico e a estratégia que construiu para sua libertação. Provavelmente foi seu primeiro presidente, sendo eleito em 1881 e sendo reeleito para 1882 (Correio Mercantil 8/1/1881), mas nessa época ainda era escravo de D. Balbina Chaves Silveira, só sendo libertado pelo Fundo de Emancipação do Município em 22/12/1882. Era casado com Maria Joana, escrava de José Dias de Castro, que também foi liberta por este fundo no mesmo dia (A Nação, 23/12/1882), com seu nome e de sua esposa encabeçando a lista de libertandos.

Muito provavelmente, o casamento foi uma estratégia para conseguir a liberdade, já que as regras do Fundo de Emancipação priorizavam a liberdade de famílias, especialmente no caso de senhores diferentes. Ainda mais, seu casamento foi patrocinado pelo clube Abolicionista, o que é expressamente afirmado em relatório desse clube publicado no jornal Onze de Junho de 14/5/1884. Ele tinha a profissão de sapateiro e ainda vai ter participação expressiva na abolição, sendo um dos coordenadores do Centro Ethiópico em 1884. Foi também orador da primeira diretoria permanente do Centro Cooperador dos Fabricantes de Calçados em 1888 e participou da Feliz Esperança, por longos anos. Em 1890, na listagem eleitoral, aparece como casado, com 39 anos, brasileiro, sapateiro e filho de Delfina Benedita do Pacífico.

Outro sócio que tentou conseguir sua liberdade com o auxílio do clube Abolicionista, foi Alípio dos Anjos Amarante. Ele aparece, já com esse nome, como escravo de Cecília Clara Sátiro Amarante, que se tornou livre em 1/5/1882, com pagamento de 600\$ por Manoel Jacinto Dias. Devido à atuação do clube, ele se casou com a uma pessoa livre Maria Adriana Gonçalves⁵ e assim, sua liberdade se tornou prioridade, segundo os critérios do mesmo. Contudo, sua carta de alforria apenas traz o nome de quem deu o dinheiro, não conseguindo saber-se se foi obra do Clube, ou por outros meios que conseguiu a liberdade. Em 1890, ele é eleitor, tem 34 anos, é filho de Tereza Amarante, empregando-se pela jornada. Alípio vai ter uma militância muito dirigida à própria Feliz Esperança, estando presente em muitas das diretorias que se encontrou da sociedade até 1906.

A própria sociedade Feliz Esperança auxiliava na libertação de sócios, como Valentim, escravo de Diogo da Fonseca⁶, libertado em 4 de fevereiro de 1884, por 700\$ contando com o auxílio da sociedade em 249\$. Todos os jornais da cidade noticiam sua libertação, como parte de um grande esforço pelo incremento da campanha abolicionista. Talvez ele também já participasse de sua direção em 1881 e 1882, no cargo de tesoureiro com o nome de Valentim Candido da Rosa (Correio Mercantil, 11/1/1882). Contudo, colocar um escravo nesse melindroso cargo levanta dúvidas, embora possa ter acontecido.

Outro caso documentado em que a entidade auxiliou a libertação de um membro é o de Euzébio de Souza Lima. Auxiliando a compor as rotas utilizadas para a liberdade, ele parece ter contado com duas fontes de recursos, da entidade e do movimento abolicionista branco.

– Festa abolicionista

Anteontem, às 11 horas, a diretoria do Club encontrou-se nos salões da Biblioteca, aonde aconteceu sessão aberta pelo presidente interino Serafim A. Alves. Nesta

⁵ Catálogo, vol. 1, p. 516, Defesa do clube Abolicionista, no jornal Onze de junho de 14/5/1884

⁶ Catálogo de Alforrias, v.I,p. 460.

sessão foram entregues 15 cartas pelo Club, além de ter sido executado o hino abolicionista, composto e oferecido pelo maestro Sr. Bandeira. O Club arrecadou 200\$000, doados por uma instituição e 10 pessoas. Duas pessoas libertaram escravos na ocasião.

Às 4 da tarde a festa prosseguiu no Parque Pelotense.(.....) Por iniciação do Sr. Rafael Zamorano e auxiliado por diversas senhoras e cavalheiros, foi liberto o escravo Euzébio, de 22 anos, pertencente a Bernardo de Souza Lima. (Diário Popular 27/Março/ 1884)

A notícia da festa sai em todos os jornais, pois ela era comemorativa a emancipação do Ceará. Dia 28, entretanto, encontramos uma pequena notinha, apenas em um jornal, sobre a Feliz Esperança:

.S. L. e B. Feliz Esperança: Esta sociedade, composta em sua totalidade por homens de cor, todos operários, não deixou, embora no acanhamento de seus recursos, de pronunciar-se condignamente no dia 25 do corrente, em que se festejou a gloriosa província do Ceará, que desde esse dia não conta mais escravo em seu seio.

A Feliz Esperança efetuou uma sessão magna, que esteve muito animada e concorrida, e contribuiu com um regular donativo para ajudar um seu consócio a libertar-se . (Correio Mercantil 28/3/1884)

Essa é a única notícia sobre o assunto e não diz qual o membro beneficiado. Entretanto, procurando no Catálogo de Alforrias, nos vários livros, o único homem libertado dia 25 com ônus financeiro foi Euzébio⁷, o qual pagou 450\$000. Pode-se imaginar que esta quantia seja alta demais para que uma sociedade com sócios pobres consiga arrecadar e despender com uma única pessoa. E também é alta demais para ter sido arrecadada durante a festa abolicionista. Portanto, pode-se pensar que a libertação de Euzébio contou com um pontapé inicial da sociedade e depois ele terminou de arrecadar o dinheiro entre os brancos abolicionistas, numa estratégia exitosa naquele momento. Quanto a Euzébio, era dos mais próximos à diretoria, pois logo a seguir, em 1885 e 1886 será vice-presidente da mesma.

Alguns, talvez, não tenham utilizado dinheiro da própria sociedade para sua libertação, mas seguramente muitos fizeram uso da oportunidade de expandirem suas relações pessoais, conhecendo pessoas de influência entre a comunidade negra e os elementos abolicionistas, para conseguirem sua libertação, como Adão Gonçalves da Silva, orador da Feliz Esperança em 1881 e 1882 tesoureiro em 1885, vice-presidente em 1888 e segundo orador em 1890. Ele deve ser o mesmo Adão, escravo de Leão Gonçalves da Silva, que se libertou em 20/08/1882, mediante pagamento de 710\$ sendo 340\$ por ele mesmo e 370\$ do Clube Abolicionista⁸. Na época, tinha 34 anos, era descrito como solteiro, preto, riograndense. Contudo, tanto no

⁷ Catálogo de Alforrias, vol. 1, p. 460.

⁸ Catálogo de Alforrias, vol. 1, p. 553 e também no jornal A Discussão, de 22/8/1882.

relatório do clube abolicionista quanto nos jornais daquele dia, a quantia em que o Clube Abolicionista o auxiliou aparecem como de apenas 260\$, o que significa que mais alguém entrou com dinheiro para sua liberdade.

Ora, a Feliz Esperança não tinha apenas sócios escravos, mas também alguns negros ou mulatos livres e de relativo prestígio, como José Maria de Carvalho e Silva (que como músico, participa de uma orquestra da elite pelotense) e José Maria Ribeiro, alguns com influência na maçonaria, outros junto a Igreja Católica. Carvalho e Silva devia conhecer bem a Adão, pois enquanto Adão, ainda escravo era o primeiro orador da sociedade, Carvalho e Silva era segundo orador, no mesmo ano de 1882, em que o primeiro se liberta.

Uma das figuras mais relevantes do processo abolicionista na cidade, secretário do clube abolicionista, jornalista do *A Discussão* e advogado de escravos era Serafim Antonio Alves, mulato e membro influente das sociedades maçônicas, nas quais chegou a Venerável e de grau 30 em sua hierarquia. Ele não foi sócio da Feliz, embora tenha aceito o cargo de seu advogado (Cor Merc. 21 Jan. 1888). O fato de ter se tornado advogado da sociedade nesse momento, inícios de 1888, é ilustrativo, pois a situação na cidade era muito tensa, tendo acontecido em fins de 1887, um episódio de conflito aberto entre abolicionistas e escravagistas(LONER, 1999) e Serafim era especialmente visado, por sempre estar defendendo direitos dos contratados em relação a seus senhores. Provavelmente, era nesse mesmo sentido que a sociedade precisava de seus serviços profissionais como solicitador do foro. Ou ainda como advogado de seus sócios, para evitar que fossem roubados.

Logo que foi fundado o clube abolicionista, vários escravos possuidores de pecúlios se dirigiram a ele para pedir que tivessem a precedência no caso de possíveis libertações. Entende-se essa posição dos possuidores de pecúlio, quando se vê a sua extrema fragilidade quanto a guarda dos bens amealhados para este fim. Podiam ser vítimas de roubos, de bandidos comuns, como no exemplo de Felícia, que guardava um conto de réis para a libertação do filho sob o colchão e teve o dinheiro e todos os móveis furtados (Correio Mercantil, 4/3/1881). Ou poderiam ser enganados por bandidos de colarinho branco, de que são mais numerosas as notícias.

Inquérito: Por determinação do Sr. Dr. Juiz Municipal começou ontem, pelo sr. delegado de polícia, o inquérito sobre a fuga de Luís Antunes Maciel, que se diz ter levado consigo ou esbanjado o pecúlio que, como secretário da Junta Emancipadora, lhe foi confiado por diversos escravos para a sua liberdade, e que se presume elevar-se à quantia superior a 3:000\$000. Foram inquiridas 3 testemunhas. Julgamos asada a ocasião para aquele que dispuserem de documentos dos dinheiros confiados a Luis Maciel, entregá-los ao digno delegado de polícia Sr. Major Caldeira, quem muito o auxiliarão.(Correio Mercantil, 11/2/1881)

Muitos escravos ficavam desamparados e confusos nas tratativas jurídicas necessárias para conseguirem sua libertação, daí o fato de recorrerem e depositarem suas economias em intermediários que nem sempre se comportavam como deviam. Essa acima é apenas uma entre outras notícias referentes ao apoderamento de economias de escravos por homens livres. Mesmo o fato de poderem depositar dinheiro em cadernetas de poupança, não necessariamente os livrava destes dissabores, pois alguns davam o dinheiro a advogados ou pessoas que julgavam influentes para que tratassem imediatamente de sua libertação e tinham que amargar meses ou anos de espera.

Como exemplo do uso dessas relações sociais, embora sem relação com a Feliz Esperança, deve-se ainda citar Adão Gerena de Oliveira, da coordenação do Centro Ethiópico, foi alforriado sem ônus em 4/5/1884, por Emília Nunes Gerena, em atenção ao seu bom comportamento. Ele já utilizava este nome ainda como escravo, em 1879, quando era mesário da Irmandade do Santíssimo Rosário de Nossa Senhora e, em 1881, estava na diretoria da irmandade de São Benedito.

Encerrando essa comunicação cabe dizer que, comparando-se as listas de diretores da Feliz Esperança depois de 1888, com os jornais e cartas de alforrias do período anterior, também encontraram-se vários ex-escravos participando da mesma e que provavelmente já eram sócios anteriormente, embora não constassem da diretoria. Alguns deles também casaram-se com o patrocínio do clube abolicionista, outros estavam em listas para provável libertação pelo Fundo de Emancipação. Cabe ainda esmiuçar mais as informações

Referências Bibliográficas:

- LONER, Beatriz. 1887: a revolta que não houve ou como os abolicionistas se tornaram fiadores da ordem escravocrata. *História em Revista*, UFPel, vol. 3, nov.1997, p. 29-52.
- MOREIRA, Paulo R. S. Os cativos e os homens de bem. Porto Alegre: EST edições 2003.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Depto. de Arquivo Público. *Documentos da Escravidão. Catálogo de alforrias*. Repertório de cartas de liberdade. Acervo dos tabelionatos do Interior do Rio Grande do Sul. Coordenação Jovani Scherer e Márcia Medeiros da Rocha. Porto Alegre: Corag, 2006, vo.1.